

Anexo I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)**, disponibilizando linhas telefônicas fixas (feixe digital ou linhas diretas) para utilização na modalidade local e longa distância, sem restrições, para o prédio-sede do TRE/PR, Fórum Eleitoral de Curitiba e para os Cartórios Eleitorais do Paraná, **obedecendo às regras de portabilidade**, conforme as especificações técnicas, condições, quantidades e detalhamentos contidos neste Termo de Referência.
- 1.2.** Os serviços, objeto desta contratação, são caracterizados como continuados, visto que atenderão à necessidade permanente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
- 1.3. Prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado ou rescindido antecipadamente, a critério do CONTRATANTE, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4. Ressalta-se que todos os serviços (instalação ou reprogramação dos sistemas telefônicos) deverão estar efetivamente operantes na data de início da prestação dos serviços, ou seja, em 14/08/2024, visto que o período de operação assistida pelo contrato vigente encerrar-se-á em 15/08/2024.**
- 1.5. A atual prestadora dos serviços é a empresa Algar Telecom S.A.**
- 1.6. A assinatura do contrato deverá ocorrer em 14/07/2024, considerando a necessidade de tempo hábil para portabilidade, instalação e homologação.**
- 1.7. Natureza do objeto:** prestação de serviço.
- 1.8. Código SIASG:** 26255

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO)

- 2.1.** A presente contratação tem como razão a necessidade de continuidade da prestação de serviços de telefonia fixa comutada (STFC), com o propósito de garantir a continuidade da prestação do serviço.
- 2.2.** Está em trâmite novo processo de contratação, cujo formato prevê a ampliação dos serviços, motivo pelo qual esta contratação poderá ser rescindida antecipadamente.
- 2.3.** O quantitativo a ser contratado foi definido conforme com base no histórico de consumo telefônico mensal do TRE-PR, informações estas derivadas dos faturamentos do contrato atual e do acompanhamento mensal dos relatórios extraídos do sistema de PABX.

2.4. Opta-se pelo não parcelamento da contratação do serviço de STFC pelas seguintes razões:

2.4.1. Inviabilidade técnica:

- 2.4.1.1. O STFC é um serviço indivisível, composto por uma rede única de infraestrutura que interliga todos os pontos de atendimento. O parcelamento do objeto poderia comprometer a qualidade do serviço, gerar ineficiências operacionais e dificultar a gestão da rede.
- 2.4.1.2. A migração dos dados e sistemas dos usuários para diferentes fornecedores, em caso de parcelamento, pode gerar instabilidade no serviço e comprometer a segurança das informações.
- 2.4.1.3. A padronização dos equipamentos e da plataforma de serviço é fundamental para garantir a interoperabilidade e a qualidade do atendimento. O parcelamento pode inviabilizar a padronização, gerando custos adicionais e dificultando a manutenção da rede.

2.4.2. Inconveniência e prejuízo ao interesse público:

- 2.4.2.1. O parcelamento poderia atrasar a implantação do serviço.
- 2.4.2.2. A multiplicidade de fornecedores aumenta a complexidade da gestão do contrato, eleva os custos administrativos e dificulta a resolução de problemas.
- 2.4.2.3. A dispersão dos investimentos em diferentes fornecedores poderia comprometer a qualidade geral do serviço e inviabilizar a obtenção de economias de escala.
- 2.4.2.4. A necessidade de realizar contratos separados para cada parcela do objeto poderia gerar insegurança jurídica e aumentar os riscos para a Administração Pública.

2.4.3. Vantagens da contratação unificada:

- 2.4.3.1. A contratação unificada permite a obtenção de melhores preços e condições de pagamento, em virtude da maior escala do contrato.
- 2.4.3.2. Facilita a gestão do contrato, a supervisão do serviço e a resolução de problemas.
- 2.4.3.3. Permite a padronização dos equipamentos e da plataforma de serviço, garantindo a interoperabilidade e a qualidade do atendimento.
- 2.4.3.4. Proporciona maior segurança jurídica para a Administração Pública, reduzindo os riscos de litígios.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO¹

- 3.1.** Instalação/habilitação de acesso interligando o TRE/PR através de entroncamento SIP, com a rede da CONTRATADA, para prestação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada - STFC, permitindo a comunicação com a RTPC/PSTN, para a realização e recebimento de chamadas locais, interurbanas, internacionais e com tarifação reversa do tipo DDG 0800.
- 3.2.** Os serviços serão prestados de forma ininterrupta, todos os dias da semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Por se tratar de serviço estimado, o TRE-PR não está obrigado a contratar o quantitativo previsto em sua totalidade, mas somente o que efetivamente for conveniente e adequado para a administração.

4. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA

- 4.1.** A CONTRATADA terá até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato para instalar os serviços especificados no Edital e Termo de Referência.
- 4.2.** Todos os equipamentos deverão suportar alimentação com tensão de 110/220 Volts (corrente alternada) bifásica com frequência de 60 Hz.
- 4.3.** A empresa contratada deverá tornar disponível ao TRE-PR, sem custos adicionais, o detalhamento de todas as contas telefônicas, de modo a viabilizar a fiscalização da prestação dos serviços.
- 4.4.** A Contratada deverá repassar ao TRE/PR os eventuais descontos promocionais, porventura oferecidos ao mercado, para clientes de perfil e porte similares ao do TRE/PR, independente de solicitação deste, sempre que aqueles forem mais vantajosos que os descontos decorrentes desta contratação.
- 4.5.** Cumprir as regras ora estabelecidas, bem como aquelas divulgadas pela ANATEL e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem contratados.
- 4.6.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo TRE-PR, atendendo de imediato as reclamações.
- 4.7.** Levar ao conhecimento do Gestor e Fiscal do contrato tão logo constatado, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do serviço contratado.
- 4.8.** Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados.
- 4.9.** Prestar o serviço, objeto desta contratação, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções

¹ Descrição da Solução como um todo, considerando o ciclo de vida do objeto (art. 6º, XXIII, “c” da Lei 14.133/21).

programadas e devidamente autorizadas pela Anatel.

- 4.10.** Fornecer número telefônico (0800) para registro das reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento de 24 (vinte e quatro) horas por 07 (sete) dias da semana;
- 4.11.** Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio da CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes da incompatibilidade de ação ou omissão culposa, incluindo os danos decorrentes de sinistros havidos nas redes de comunicação instalada e central telefônica, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo inteiramente o ônus decorrente;
- 4.12.** A Contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência e concordância do TRE/PR;
- 4.13.** Garantir a portabilidade numérica de todos os códigos de acesso (acessos digitais/faixas de numeração) atualmente utilizados pelo TRE/PR, sem qualquer custo ao Contratante;
- 4.14.** Tornar disponível, quando tecnicamente possível, a fidelização com o código DDD da operadora contratada para realização de chamadas de longa distância originadas nos telefones habilitados para o TRE/PR, destinadas a outros telefones fixos ou móveis pertencentes ao próprio TRE/PR ou a qualquer outro usuário;
- 4.15.** A quebra ou violação do sigilo telefônico e de dados, a qualquer momento, ensejará a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;
- 4.16.** A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução dos serviços, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- 4.17.** Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço. A Fiscalização não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da(s) Contratada(s) para terceiros, exceto no caso de autorização devidamente aprovada pela Anatel;
- 4.18.** A empresa Contratada deverá indicar preposto, aceito pelo Órgão durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário. A comunicação entre o preposto/responsável técnico-administrativo e o gestor/fiscal do contrato deverá ser feita, preferencialmente, via e-mail;

4.19. Manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

4.20. Em relação ao atendimento de chamados:

4.20.1. Considerar-se-á período eleitoral os meses de julho a novembro, nos anos em que houver eleição;

4.20.2. Atender aos chamados dentro de 24 (vinte e quatro) horas úteis em período não eleitoral;

4.20.3. Atender, em, no máximo, 04 (quatro) horas os chamados compreendidos no período eleitoral;

4.21. A CONTRATADA deverá, até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato:

4.21.1. Informar endereço eletrônico (e-mail), telefone e whatsapp para atendimento exclusivo à presente contratação, os quais servirão como meio OFICIAL de comunicação entre as partes;

4.21.2. Disponibilizar linhas telefônicas e pessoal suficiente para que haja um pronto atendimento das ligações feitas pelos FISCAIS e GESTORES da contratação e empregados;

4.21.3. Atender às convocações da CONTRATANTE, que poderão ser realizadas de todas as formas legais (inclusive via e-mail, aplicativos de mensagens ou reuniões virtuais), bem como para comparecimento ao TRE-PR sempre e no prazo que a CONTRATANTE julgar necessário.

4.22. O funcionário da CONTRATADA, responsável pelo atendimento aos GESTORES da Contratação, deverá estar disponível para contato direto e imediato (telefone, whatsapp, etc.), quando necessário, para atender às demandas durante o período comercial, inclusive finais de semana e feriados de plantão.

4.23. Quanto a gestão da documentação:

4.23.1. Promover a constante verificação da conformidade dos serviços, além de supervisionar e controlar a documentação necessária à apresentação de faturamentos ao Gestor do Contrato.

4.23.2. A Contratada deverá facilitar as ações do Fiscal e do Gestor do Contrato, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, bem como planilhas para subsidiar as devidas conferências para ateste das notas fiscais e pronto atendimento às observações e às exigências por eles apresentadas.

4.24. Quanto às demais obrigações da Contratada:

4.24.1. Os serviços serão prestados de acordo com as condições do presente Termo de Referência, aplicando-se, ainda, as normas do Código de Defesa do Consumidor.

4.24.2. Compete à contratada:

- 4.24.2.1. Designar preposto, no prazo de até 1 (um) dia útil da data da assinatura do contrato.
- 4.24.2.2. Guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e das informações geradas, reconhecendo serem estes de propriedade e de uso exclusivo da Justiça Eleitoral, sendo vedada qualquer prática de publicidade não autorizada.
- 4.24.2.3. Todos os custos de transporte para atendimento do serviço contratado correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para a CONTRATANTE
- 4.24.2.4. Apresentar ao Gestor da contratação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato, o Termo de Sigilo e Responsabilidade (conforme item 9.1 do Edital e modelo de seu Anexo IV), garantindo o cumprimento da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS)

5.1. CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO DDR

- 5.1.1. Fornecimento de serviço de Discagem Direta para 800 ramais, com possibilidade de expansão futura até 900 ramais, em entroncamento SIP que deve possuir capacidade para 200 (duzentas) chamadas simultâneas, e prestação de serviço telefônico comutado STFC, modalidade local, para atender ao prédio sede e Fórum Eleitoral, nesta Capital.
- 5.1.2. Todos os entroncamentos SIP, incluindo os ramais DDR devem possibilitar ligações locais, nacionais (DDD), internacionais (DDI) tanto para telefones fixos quanto para móveis.
- 5.1.3. A contratada deve oferecer:
 - 5.1.3.1. Pacote de minutos para telefones fixos Brasil: ligações compreendendo todo território nacional, originadas em telefones fixos e destinadas a telefones fixos, compreendidas por códigos nacionais (DDD).
 - 5.1.3.2. Pacote de minutos para telefones móveis Brasil: ligações compreendendo todo território nacional, originadas em telefones fixos e destinadas a telefones móveis, compreendidas por códigos nacionais (DDD).
 - 5.1.3.3. Ligações internacionais: ligações compreendendo todo território internacional, originadas em telefones fixos e destinadas a telefones fixos ou móveis, compreendidas por códigos internacionais (DDI). Caso eventualmente sejam realizadas chamadas internacionais, o valor e o modelo de tarifação, serão os utilizados pela contratada através de seus planos previamente aprovados pela ANATEL.

- 5.1.4. Todos os elementos necessários, tais como materiais, mão de obra e demais componentes para instalação do entroncamento SIP, serão de responsabilidade da contratada.
- 5.1.5. As faixas/ranges utilizadas na Central Telefônica utilizada pelo TRE-PR são as seguintes:
- 3330-8500 a 3330-8899: 400 números;
- 3330-8450 a 3330-8499: 50 números;
- 3330-8300 a 3330-8349: 50 números;
- 3330-8900 a 3330-8999: 100 números;
- 3072-4780 a 3072-4879: 100 números.
- 5.1.6. A linha direta em utilização que deverá ser portada encontra-se instalada no Fórum Eleitoral de Curitiba e seu número é (41) 3333-9240.
- 5.1.7. A central telefônica instalada na sede do TRE-PR é do tipo controlador de chamadas PABX IP, SmartCore.
- 5.1.8. As despesas e providências quanto à instalação, reprogramação ou transição do sistema telefônico atual DDR ficarão a cargo da Contratada.
- 5.1.9. A interligação da rede interna das unidades da Justiça Eleitoral com a rede da operadora de telefonia fixa será realizada através de entroncamento SIP.
- 5.1.10. Nos casos de interligação da rede interna das unidades da Justiça Eleitoral com a rede da operadora de telefonia fixa através de acesso digital, observar-se-ão, sem prejuízo das demais condições fixadas neste Termo de Referência, seguindo as condições indicadas nesta cláusula:
- 5.1.10.1. O entroncamento SIP, a ser instalado na Capital, deve possuir capacidade para 200 (duzentas) chamadas simultâneas. A infraestrutura de conectividade deverá ser realizada exclusivamente por fibra óptica.
- 5.1.10.2. Será de inteira responsabilidade da contratada o fornecimento e instalação no ambiente interno do TRE/PR em Curitiba/Paraná, de equipamentos, tais como modem ou outra interface óptica para a interligação do tronco SIP com a sua central telefônica.
- 5.1.10.3. Além do fornecimento, caberá também à contratada a manutenção dos equipamentos referidos no item anterior.
- 5.1.10.4. A CONTRATADA ficará responsável pela instalação do link até a sala de telefonia/comutação onde encontra-se a central telefônica, ficando a cargo do TRE/PR,

caso necessário, a intervenção junto a empresa responsável pela manutenção de central telefônica, para conexão com a Central IP SmartCore em uso nas suas instalações.

5.1.10.5. O serviço deverá dispor da facilidade DDR (Discagem Direta a Ramais), cabendo a contratada realizar a portabilidade numérica das seguintes faixas de numeração:

5.1.11. Ramais com Discagem Direta (DDR): ver item 5.1.5 deste Termo de Referência

5.1.12. Números de telefone individuais: ver item 5.1.6 deste termo de Referência.

5.2. O prazo de instalação de novos entroncamentos SIP não poderá ser superior a 30 (trinta) dias consecutivos, contados do recebimento da solicitação, encaminhada, preferencialmente, pelo gestor/fiscal do contrato, por meio de correio eletrônico (e-mail).

5.3. A operadora deverá prever em sua proposta os custos de instalação/habilitação das linhas telefônicas, inclusive decorrentes de eventuais adaptações para compatibilização com a rede interna existente nas unidades da Justiça Eleitoral, observado o disposto na cláusula anterior.

5.4. A operadora deverá disponibilizar as linhas telefônicas ao TRE/PR em perfeita condição de funcionamento e prontas para uso.

5.5. Ocorrerá por meio da Contratada a interligação dos entroncamentos exclusivamente por meio de fibra óptica, para garantir a qualidade da contratação, sem ônus adicionais para o Contratante.

5.6. Caso a atual prestadora de serviços seja a vencedora da licitação, não poderá cobrar pelos serviços de instalação/ativação.

5.7. A Contratada deverá realizar, sem ônus adicional, caso solicitado pelo Contratante, o serviço de identificação de chamadas, o bloqueio de ligações do tipo DDD a cobrar, celular a cobrar, local a cobrar, siga-me, 0300 ou demais serviços desde que o bloqueio ou exclusão destes serviços seja tecnicamente possível.

5.8. Deverá ser mantida a faixa de numeração vigente, independente da operadora que venha a ser contratada – ou seja, será exercida a facilidade denominada “portabilidade”, caso ocorra alteração de operadora em decorrência do processo licitatório, conforme a regulamentação da ANATEL.

5.9. CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO DDG (0800)

5.10. A CONTRATADA deverá prover o serviço 0800, com a portabilidade do número universal de abrangência em Nacional, serviço telefônico na modalidade de chamada franqueada do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), usando o sistema de tarifação reversa, para possibilitar o recebimento de ligações telefônicas locais e de longa distância, originadas de telefones fixos e móveis, destinadas à Central Telefônica da CONTRATANTE.

- 5.11.** Caberá à contratada realizar a portabilidade numérica do número universal de abrangência nacional – 0800-640-8400, garantindo a continuidade do serviço de atendimento Disque Eleitor.
- 5.12.** O sistema será totalmente passivo, de modo que os quantitativos previstos se referem apenas ao recebimento de ligações.
- 5.13.** Os serviços 0800 deverão estar contemplados com facilidade operacional ou ferramenta que possibilite o envio de relatórios gerenciais mensais com o detalhamento do tráfego 0800, contemplando, no mínimo: o volume do tráfego, contendo a quantidade de chamadas completadas, indicação das chamadas por tipo de ligação, data, horário, número originador, duração, localidade, código da região geográfica e valor.
- 5.14.** A Central de Teleatendimento da CONTRATANTE com atendimento humano ou eletrônico via Portal de Voz (serviço de URA) funcionará 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos 7 (sete) dias da semana, portanto o serviço 0800, objeto do presente Termo de Referência, deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia em todos os dias do ano.
- 5.15.** SUBCONTRATAÇÃO: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Início da execução do objeto: 30 (trinta) dias corridos da assinatura do contrato, que deverá se dar até 14/07/2024.

6.1.1. Cronograma de realização dos serviços:

Etapas	Período	Atividade
1	até 15 dias corridos a partir da assinatura do contrato	Efetuar portabilidade dos Números utilizados pelo TRE-PR
2	até 25 dias corridos a partir da assinatura do contrato	Efetuar a implantação dos serviços de STFC e integração com a central telefônica

6.2. Local e horário da prestação dos serviços:

- 6.2.1.** Os serviços serão prestados no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e nos Cartórios Eleitorais situados em Curitiba e no interior do Estado do Paraná.
- 6.2.2.** Os serviços serão prestados de forma ininterrupta, todos os dias da semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia.

7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, em consonância com o artigo 117 da Lei 14.133/2021.
- 7.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.
- 7.3. A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.
- 7.4. Caberá aos gestores:
- 7.4.1. Receber e atestar a nota fiscal referente à aquisição, encaminhando a fatura pertinente ao setor responsável da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE/PR para pagamento.
 - 7.4.2. Acompanhar o fornecimento de acordo com as condições contratadas, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa.
 - 7.4.3. Comunicar à CONTRATADA via e-mail, carta ou ofício, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto.
 - 7.4.4. Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria de Administração, devidamente instruído com todas as informações pertinentes constante de formulário específico, anexando-se cópia do e-mail do subitem acima, referente à intenção de abertura de Processo Administrativo, com o respectivo comprovante de recebimento pela CONTRATADA.

8. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Índice de Disponibilidade:

- 8.1.1. Os circuitos de comunicação deverão estar disponíveis 24 horas por dia, todos os dias do ano.
- 8.1.2. A CONTRATADA deverá garantir disponibilidade mensal de no mínimo, 99,5% para cada circuito fornecido à CONTRATANTE, calculada da seguinte forma:

$$DMA = [(43200 - TTICM) / 43200] \times 100$$

Onde:

TTICM: Tempo Total de Interrupção do Circuito (em minutos) no Mês.
DMA(%): Disponibilidade Mensal Atingida

- 8.1.3. Para efeito de cálculo de TTICM, será considerado o período em minutos entre o primeiro minuto do primeiro dia e o último minuto do último dia do calendário do mês a que se refere a fatura.

- 8.1.4. O serviço será considerado indisponível quando não for possível a conexão entre o equipamento da CONTRATANTE e o da CONTRATADA, a partir do registro do chamado técnico na Central de Atendimento da CONTRATADA, sendo considerado disponível após o fechamento do chamado técnico, com a devida anuência da CONTRATANTE, na Central de atendimento da CONTRATADA.
- 8.1.5. Entende-se como início do atendimento a primeira mensagem trocada pela CONTRATANTE com a CONTRATADA informando a ocorrência ou início da ligação efetuada à central de atendimento da CONTRATADA independentemente do atendimento do operador. O prazo máximo de recuperação dos circuitos será 4 (quatro) horas, todos os dias do mês, inclusive sábados, domingos e feriados.
- 8.1.6. As indisponibilidades informadas pela gerência e supervisão da CONTRATADA, bem como os registros na Central de Atendimento da CONTRATADA serão validadas pelos sistemas de gerência e supervisão da CONTRATANTE.
- 8.1.7. No caso de interrupção programada por necessidade da CONTRATANTE, a mesma não afetará o índice de disponibilidade da CONTRATADA.
- 8.1.8. As interrupções programadas solicitadas pela CONTRATANTE serão previamente combinadas com a CONTRATADA.
- 8.1.9. Desconto por interrupção:
- 8.1.9.1. Para cada interrupção do circuito que for comprovadamente de responsabilidade da CONTRATADA, será calculado um desconto referente ao tempo de interrupção desse circuito, cujo valor apurado será ressarcido à CONTRATANTE na Nota Fiscal/Fatura dos serviços com vencimento no mês seguinte ao da apuração.
- 8.1.9.2. O valor do desconto será obtido a partir do seguinte cálculo:
- $$VD = (VC / 43200) \times n$$
- Onde:
- VD = Valor do Desconto
- VC = Valor mensal pago pelo circuito ativo
- n = Quantidade de minutos em que o serviço ficou interrompido.
- 8.1.10. Níveis mínimos de serviço:

8.1.10.1. A CONTRATADA deverá fornecer o serviço com os seguintes níveis mínimos de qualidade de prestação do serviço:

Métrica	Nível Mínimo de Serviço
Disponibilidade do serviço	>= 99,5%

8.2. Forma de pagamento: o pagamento da “instalação e ativação” será processado em parcela única e o pagamento dos demais serviços serão processados mensalmente, após apresentação da NF e ateste do Fiscal da Contratação.

8.3. A contratada deverá encaminhar a nota fiscal para o e-mail: stc@tre-pr.jus.br

9. DA PROTEÇÃO DE DADOS

9.1. A presente contratação não envolve compartilhamento de dados pessoais.

9.1.1. As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/2018.

9.1.2. A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% do valor total do contrato.

9.1.3. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As licitantes deverão cotar a prestação dos serviços seguindo rigorosamente as especificações solicitadas, abstendo-se de cotar aquele que não puder atender às condições do Edital.

10.2. Da legislação aplicável sobre os serviços: o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) rege-se, em especial, pelos comandos da seguinte legislação:

10.2.1. Lei n.º 9.472, de 16/07/1997 – Lei Geral das Telecomunicações;

10.2.2. Decreto n.º 6.654, de 20/11/2008 – Plano Geral de Outorgas (PGO);

10.2.3. Regulamento do Serviço Telefônico Comutado, aprovado pela Resolução da ANATEL N.º 426, de 09/12/2005;

- 10.2.4. Regulamentação de tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público Geral – STFC, aprovado pela Resolução da Anatel n.º424, de 06/12/2005;
 - 10.2.5. Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor; e
 - 10.2.6. Demais normas regulamentares aplicáveis expedidas pela ANATEL.
- 10.3.** Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Tecnologias de Comunicação - STC, por meio do telefone (41) 3330-8689 ou pelo e-mail stc@tre-pr.jus.br.